

ENSINO DE EQUITAÇÃO MILITAR

(NOTA DE INSTRUÇÃO)

N. R. — O Exmo. Sr. General Francisco Gil Castelo Branco, em todos os comandos que exerceu, não se descuidou de orientar, com especial carinho, o ensino da equitação militar nas unidades a elle subordinadas.

Dada a importância da matéria e as credenciais do autor sobre o assunto, "A Defesa Nacional" achou oportuno difundir uma das notas de instrução do referido chefe.

I — As seguintes recomendações de ordem prática, são feitas com o objetivo de incentivar, por todos os meios, o ensino de equitação militar.

Infelizmente a verdadeira equitação — "a arte de dispor com propriedade das forças do cavalo" — está em declínio no Exército Brasileiro. As novas gerações não procuram, como faziam os antigos oficiais de Cavalaria, montar segundo as boas regras e aplicar uniformemente os princípios da escola francesa, que adotamos como padrão e foi assim oficializada em nossos regulamentos.

Com as lições da Missão Militar Francesa, formou-se no Exército brasileiro um corpo de doutrina que chegou até à época atual, mas no caso especial da equitação diluíram-se os ensinamentos e não ficaram na tropa reflexos permanentes que permitam uniformidade absoluta na instrução básica do cavaleiro, como nos métodos de trabalho, professados pelos quadros.

Não bastam somente os percursos de obstáculos, que se fazem com maior frequência. A equitação é um todo indivisível e para qualquer fim que se destine o cavalo de sela (ou mesmo de tração), as qualidades primordiais de submissão e de impulsão dependerão da flexibilidade de suas articulações obtida gradualmente.

Em matéria de ensino de equitação, simples recomendações não bastam. É preciso que os oficiais montados façam dessa "nobre arte" uma mística que os empolgue e os amarre às tradições de uma arma que, nos dias difíceis da guerra, não combaterá exclusivamente com os "blindados", mas empregando largamente o cavalo.

E por isso, antes de formular recomendações especiais, faz-se mister um apêlo a oficiais e sargentos, cavaleiros e artilheiros, que têm ainda a bela prerrogativa de servir a cavalo. Esse "espírito de Cavalaria" que nos foi legado pelos nossos ancestrais, corporifica-se mais ainda no Rio Grande do Sul, cujo passado heróico está intimamente ligado a vitórias empolgantes, ganhas a cavalo ou com o auxílio desse generoso animal. E essas qualidades de valentia e vigor, criadas na inigualável escola a cavalo, longe de declinarem, serão estimuladas no momento em que o imperativo da defesa nacional incorpora novas modalidades de combate, ditadas pelas evoluções da técnica.

A remonta torna-se para nós cada vez mais escassa e, sob esse aspecto, consideremos também o cavalo uma "utilidade" cara e de renovação precária como qualquer espécie de material bélico.

Tão criminoso é aquêle que avaria ou inutiliza uma peça de armamento como o que, por ignorância, desídia ou comodidade, emprega mal o seu cavallo; e essa infração cometem os que lhe pedem esforço para que não esteja preparado, por falta de manutenção ou adestramento, tarando-o prematuramente, conduzindo-o em andadura viva em terreno duro, transpondo obstáculos sem que o animal se possa receber em solo elástico, etc.

Procura-se criar hoje no Exército, com justa razão, a "mentalidade de manutenção" no uso do material; é desprezada, entretanto, outra que já devia, desde muito tempo, estar no reflexo dos quadros das armas montadas — a de conservação e preservação dos animais; se uma é de ordem mecânica, a outra responde a necessidade premente de ordem fisiológica; ambas são vigas mestras da estrutura do Exército e se desprezadas a tropa sairá dos quartéis, no dia da mobilização, levando já comprometidos os principais fatores de êxito — potência de fogo e mobilidade.

O recruta que ingressa no quartel fisicamente mal preparado, é submetido a um trabalho adequado de ginástica a fim de se robustecer para as aplicações militares. Com os animais novos são, porém, esquecidos os salutareos preceitos do Regulamento de Equitação (2º volume, capítulo II, art. 204), referentes à remonta, cuja boa qualidade dependerá, em primeiro lugar, dos cuidados dispensados aos cavalos novos e a sua educação progressiva.

Se ao recruta é consagrado um período de iniciação, ao cavallo nem sempre são dispensados no Regulamento os cuidados preliminares para "adaptar o seu temperamento às exigências da vida militar, desenvolver-lhe as forças por uma racional higiene de instrução e de exercícios, acostumá-lo com o homem, habituá-lo com a forragem, o penso, o arreamento e o peso do cavaleiro". É constantemente desprezada a regra salutar de dividir em períodos a preparação do cavallo de guerra, o primeiro dos quais

é consagrado a essa "iniciação" e o segundo ao adestramento progressivo.

Não há dúvida, portanto, que o remédio aos males acima apontados está no adestramento metódico e na manutenção do estado dos animais de nossa remonta. Isso dependerá, entretanto, do valor dos instrutores e monitores que devem possuir conhecimentos aprofundados do cavallo; conhecer os princípios de equitação, teórica e prática, e ter espirito de método.

Tudo isso se encontra condensado em nosso ótimo "Regulamento de Equitação", em 2 volumes (n. 12), que infelizmente é hoje raramente visto, por estar esgotado, em mãos de nossos oficiais, que terão talvez mais facilidade em adquirir, em qualquer livraria, o "Manual de Equitação e de Adestramento" do Exército francês, de que o nosso é cópia quase literal. Deve ser o "livro de cabeceira" de nossos oficiais montados que, sem o seu auxílio, não poderão ministrar com eficiência a instrução técnica das unidades hipomóveis.

O Regulamento de Equitação realmente engloba em suas três partes:

- A instrução do cavaleiro.
- O adestramento do cavallo.
- O emprêgo do cavallo adestrado.

A gradação da instrução é perfeitamente apresentada com tudo quanto se refere especialmente ao "homem" e com a descrição das regras didáticas a seguir para o desenvolvimento da aptidão dos instruídos e a divisão do trabalho em equitação elementar, secundária — reservada aos instrutores e monitores — e superior.

Disse um célebre "écuyer": "Para ser excelente oficial de Cavalaria não é imprescindível conquistar previamente o título de homem de cavallo perfeito. Bastará que esteja em condições de fazer concorrer os meios da equitação na formação de uma arma que tem imperiosa necessidade dêsse socorro".

Outro aforisma talvez retrate melhor a orientação a seguir pelos que

se dedicam ao assunto: Antes de sonhar com o título de mestre de equitação, com a pretensão de dominar todos os princípios e de ditar regras dessa arte, faz-se antes mister "ser cavaleiro" isto é, ter boa aparência, montar com confiança, ousadia e energia, possuindo, ao mesmo tempo, uma posição impéccável e dando ao discernimento a parte que lhe corresponde.

É isto exatamente o que os Generais Comandantes de Região e de Grandes Unidades de Cavalaria têm o direito de esperar dos oficiais montados. Não é muito exigir que nesse setor seja evitado um trabalho dispersivo mas, ao revés conduzida a instrução dentro da doutrina claramente codificada no último regulamento de Equitação, mal conhecido e pessimamente aplicado na tropa.

É tradicional a habilidade a cavalo dos homens que constituem os nossos contingentes montados. De um modo geral chegam aos quartéis já familiarizados com o cavalo e portanto sem a contração muscular, principal escolho na iniciação de qualquer trabalho desportivo.

Quase sempre o "gaúcho" montado forma com o seu cavalo um só e mesmo corpo e daí esse todo harmônico que impressiona a quem assiste as evoluções de um esquadrão ou de uma bía. a cavalo na nossa tropa de fronteira. Compete, portanto, aos oficiais aproveitarem essa aptidão natural e aplicarem aos instruídos os princípios de uma equitação militar uniforme que lhes permita o emprego audacioso das armas e o desempenho das missões normais em campanha, e isso só é possível com animais bem adestrados, além de sãos, perfeitos e bem cuidados.

II — Atendendo aos motivos acima expostos, a boa orientação da

instrução não poderá perder de vista o duplo objetivo de:

- A) Melhor regularizar e unificar o ensino de equitação, adaptando-o à letra e ao espírito do Regulamento;
- B) Apontar as causas que mais contribuem para as deficiências notadas.

Trataremos, a seguir, de cada uma destas letras:

A) As regras elementares indispensáveis ao cavaleiro de fileira para que possa governar o seu cavalo, constituem a "equitação elementar" e se acham expostas no Capítulo I do Regulamento de Equitação, bem como na parte referente à "escola do cavaleiro a cavalo" do Regulamento de Cavalaria (n. 9).

Para que essa escola elementar seja convenientemente ministrada faz-se mister, entretanto, o conhecimento e a aplicação perfeita da "equitação secundária", destinada exclusivamente aos quadros e cujo conhecimento exato e minudente vai permitir, a oficiais e sargentos, ensinar aos homens o emprego dos recursos, a seu alcance, para o manejo de suas montadas.

Vemos, portanto, a importância capital que tem num corpo montado a equitação secundária porquanto nela é que encontramos codificadas as ações das ajudas, o seu acôrdo e, enfim, os princípios imprescindíveis à conduta do cavalo. A má compreensão ou aplicação de qualquer desses princípios, falseia o ensino da arte e do mesmo passo prejudica ou impossibilita o adestramento do cavalo, porventura confiado a um cavaleiro inábil.

Justifica-se assim a adoção de um programa mínimo para ser observado uniformemente nas escolas de equitação destinadas a oficiais e sargentos dos corpos.

PROGRESSÃO DO TRABALHO PARA O CAVALEIRO

I — Trabalho preparatório	}	Estabelecer a confiança Descontração Assento Fixidez de mão Respeito pela bôca do cavalo
---------------------------	---	--

II — Posição do cavaleiro a cavalo

III —	Princípios de conduta	}	Empunhadura das rédeas
			Rédeas ajustadas
			Ação das mãos e das pernas
			Efeitos produzidos pelas ajudas
			Acôrdo das ajudas
	Aplicação desses Princípios	}	A — Con-
			duta em
			linha reta
			(a) Pôr o cavalo direito
			(b) Conservar a andadura e a velocidade
			(c) Mudar de andadura e de velocidade
			B — Conduta nas mudanças de direção; trabalho em duas pistas;
			C — Conduta no trabalho a galope e no salto de obstáculos.

Na inspeção da instrução dos oficiais não pode ser desprezada a parte equestre e os Chefes, a partir do Cmt. do Corpo, devem verificar se individualmente (trabalho apresentado a distância indeterminada) os oficiais e sargentos conhecem perfeitamente os meios que devem, de maneira imperativa, utilizar.

Desde que estejam assim habilitados em equitação, podemos encarar de frente o problema do adestramento dos animais de tropa, pois na prática esses dois problemas se confundem.

O trabalho será feito, como é natural, não somente no picadeiro (ou quadrilátero balizado), como no exterior.

O assento e a disciplina de ajudas serão obtidos em trabalho cerrado de picadeiro sempre dentro da doutrina regulamentar que nos serve de guia porquanto em equitação, propriamente dita, tudo o que fugir ao clássico é contraproducente. Depois de praticarem, ainda no picadeiro, o mecanismo do salto, os oficiais abordarão a equitação de exterior com tôdas as suas características e modalidades desportivas (percurso, "cross-country", etc.) pois esta é a verdadeira finalidade da instrução equestre na arma.

A equitação, repetimos, apesar de ser uma arte, e por isso essencialmente prática, comporta uma série de princípios simples e gerais cujo conhecimento deve ser completamente generalizado entre os quadros e de acôrdo com a progressão racional acima indicada.

Seria interessante que cada oficial fizesse uma "ficha" correspondente a cada parte do programa, já que está muito preconizado esse processo. Ficam assim os oficiais habituados a nada improvisarem em matéria de equitação, restringindo-se ao que é simples e regulamentar em vez de compulsarem, de início, compêndios complicados e de interpretação subtil e duvidosa, abandonando-se, portanto, à própria inspiração.

Os oficiais que observarem cuidadosamente esses preceitos elementares e gerais, verificarão logo — se os aplicarem em suas montadas — um sensível progresso no adestramento destas. Será preciso, no entanto, não esquecer que os princípios têm caráter geral e que cada cavalo é um caso particular; somente pela prática constante da equitação, montando o maior número possível de animais, chega-se a desenvolver o tato equestre.

A educação de cada animal está também sujeita, como dissemos acima, a uma progressão que só pode ser lenta e dividida em períodos francamente escalonados no tempo. A natureza não dá saltos e os que se gabarem de adestrar um cavalo em poucas semanas e de levá-lo prematuramente à barreira, cometem heresia semelhante à de quem afirmasse ser capaz de tornar um recruta de cavalaria mobilizável em 30 dias.

Como é natural, os oficiais melhor dotados, os cavaleiros de escol, desenvolverão gradualmente as suas

possibilidades e chegarão à exata e segura aplicação da doutrina, isto é, dos mesmos princípios que servem de base à instrução equestre das praças e graduados das armas montadas. Chegarão assim à "equitação superior", em que se faz o estudo técnico e prático de tudo aquilo que um perfeito "homem de cavalo" deve assimilar para se tornar instrutor completo e apresentar animais finamente adestrados. Mas isso é conseguido principalmente nos cursos especiais de equitação, ministrados nas Escolas de Aperfeiçoamento já que desapareceu a nossa Escola de Cavalaria.

O trabalho de estágio dos Aspirantes a oficial não será completo se a parte equestre não estiver perfeitamente assimilada, mormente no que diz respeito ao conhecimento e à boa aplicação das ajudas e ao acôrdo das mesmas (capítulo II, do Regulamento de Equitação).

No C.R.A.S. das armas montadas, para a aprovação dos sargentos nêles matriculados, deve-se levar em conta, de maneira preponderante, a sua habilidade equestre (equitação secundária).

O cavalo "leve na mão", objetivo final, que é atingido, já no domínio da equitação superior, quando o animal, depois de equilibrado, demonstra "a perfeita obediência às mais delicadas indicações da mão e dos calcanhares de seu cavaleiro", é precedido de outros objetivos intermediários o primeiro dos quais visa o desenvolvimento e a exploração da aptidão física e das qualidades morais do animal. A melhor progressão poderá ainda falhar se os processos de execução forem mal compreendidos e, portanto, mal executados.

B) No capítulo anterior já foi dito que "a melhor progressão poderá ainda falhar se os processos de execução forem mal compreendidos e, portanto, mal executados".

Realmente, quando observamos, hoje em dia, o trabalho de equitação num quartel verificamos, quase sempre, uma série de erros cujos principais devemos desde logo salientar:

a) Faz-se hoje lamentável confusão entre o trabalho a distâncias

determinadas (em escola, por um e com testa) e o trabalho individual a distâncias indeterminadas que deve ser o normalmente empregado.

É esta a opinião dos mestres franceses quando analisam a boa orientação da equitação militar. Lembram-êles a conveniência de simplificar os processos de instrução que, pelo fato mesmo de serem simples, devem ter execução perfeita.

Esse método didático, que completa a simplicidade com a precisão, liga-se intimamente ao trabalho a distâncias indeterminadas e perde todo o valor em escolas estabelecidas a distâncias curtas e fixas.

Com efeito, neste último processo, cada cavaleiro segue maquinalmente, por assim dizer, aquêles que o precede, quando os movimentos são sucessivos. Antes de tudo é indispensável que os cavaleiros, no fim de qualquer figura, entrem ao mesmo tempo na pista, que alcançam num conjunto uniforme, a fim de que cada um retome o seu lugar na coluna. Essa necessidade torna-se para cada cavaleiro a preocupação essencial e o instrutor é levado a prestar mais atenção ao conjunto da figura do que ao modo pelo qual cada cavaleiro conduz o seu cavalo.

Tais inconvenientes são evitados no trabalho "a distâncias indeterminadas", em que os movimentos são todos individuais, não aparecendo nunca a preocupação de apresentação coletiva. Os trabalhos "a distâncias fixas" (em escola) têm o seu emprêgo indicado na exibição de cavaleiros hábeis e nesse caso os meios de execução de cada cavaleiro não absorvem mais a atenção do instrutor. O trabalho "em escola" permite então a variedade no trabalho mas agradando particularmente a vista do espectador. Não é um método de iniciação e de instrução normal, mas um meio de exibição coletiva.

Pelo tempo limitado de que se dispõe para a formação do homem de tropa, é restrito o grau de habilidade a atingir, não sendo essas "reprises" indicadas na sua instrução, servindo, no máximo, como preparação final para o trabalho de conjunto. Tais são os limites im-

postos para esse gênero de trabalho que só é, indubitavelmente, coletivo e não desenvolve aptidões individuais nem forma cavaleiros. Todos esses pontos de vista doutrinários, estão, aliás, condensadas nos regulamentos. Vejamos:

Ainda no capítulo dedicado à equitação elemental, na parte referente ao trabalho de bridão, já diz o regulamento de Equitação (art. 75): o trabalho em bridão comporta principalmente exercícios com distâncias indeterminadas (trabalho individual). O caráter desses exercícios consiste na independência absoluta dos cavaleiros entre si e na contínua obrigação que cada um tem de assegurar a sua direção e de manter o cavalo em andadura constante durante a marcha na pista e a execução dos movimentos. O picadeiro (ou um retângulo marcado no exterior) serve somente para balizar direções; cada um trabalha como se estivesse só, sem preocupação de distância nem de alinhamento (Vide fig. n. 1). Os comandos não obrigam a uma obediência imediata; o cavaleiro só deve iniciar a execução de um comando dado, no momento em que o seu lugar na pista e o estado de preparação de seu cavalo o puserem em boas condições de executar com regularidade o movimento comandado (por exemplo as voltas e meias voltas não se executam no lado menor do picadeiro).

Quanto ao trabalho a distâncias fixas, ou em escola, é definido no trabalho em freio (art. 151), da seguinte maneira: Comporta ele a repetição dos movimentos do trabalho individual, mas a execução deve seguir-se logo ao comando e os homens serão obrigados a se regularem pela testa da escola. Este trabalho exige, portanto, dos homens mais exatidão e mais precisão no emprego das ajudas e servem "de preparação ao trabalho de conjunto". Para o instrutor "é a verificação dos resultados obtidos". Ele reúne os homens em uma escola, ou mesmo em duas, indicando um testa para cada. Os homens seguem os respectivos "testas" e todos passam sucessivamente pelos mesmos lugares em que ele passar, conservando a distância de 1,50 m (Vide fig. n. 2).

Na falta do Regulamento de Equitação, a leitura atenta de Regulamento de Exercícios de Cavalaria ou de Artilharia, na parte referente à Instrução técnica das unidades hipomóveis, já indica que se deve ministrar aos cavaleiros (artilheiros) instrução de equitação "a distâncias indeterminadas".

Ao comentar os efeitos das ajudas refere-se, realmente, esse Regulamento (no n. 67) ao trabalho com distâncias determinadas que "por exigir uma atenção que não pode ser mantida muito tempo", só é empregado "durante alguns minutos por dia", etc. A parte referente ao trabalho a distância indeterminada, é naturalmente mencionada mas talvez com certa imprecisão, determinando, entretanto,

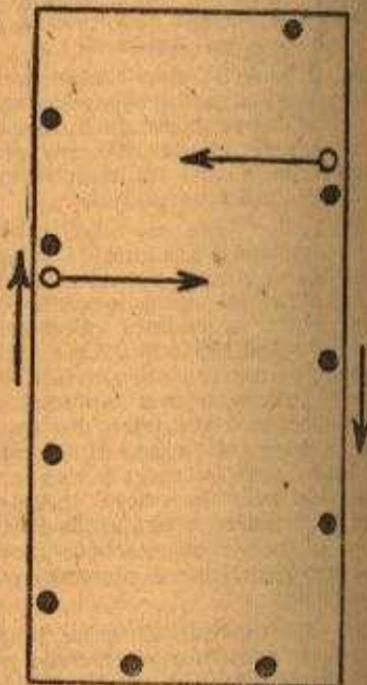


Fig. 1 — Trabalho a distâncias indeterminadas (trabalho individual) art. 75 do R. Eq. Os cavaleiros se repartem tão uniformemente quanto possível na pista, na mão e na andadura indicadas. Quando venha a diminuir muito ou a desaparecer a distância a guardar com o cavaleiro da frente, por iniciativa própria, o executante corta o picadeiro logo que verificar existir um lugar vago na pista do lado oposto

o Regulamento (ns. 72 e 73) que em matéria de mudanças de direção, a instrução se deve inspirar nas considerações desenvolvidas no próprio Regulamento de Equitação.

Existe ainda o trabalho à vontade, que é preciso não confundir com os outros (a distâncias fixas e a distâncias indeterminadas).

b) São hoje pouco conhecidas as regras de disciplina de picadeiro (vide Reg. Equitação, 1º vol. número 75), referente à precedência

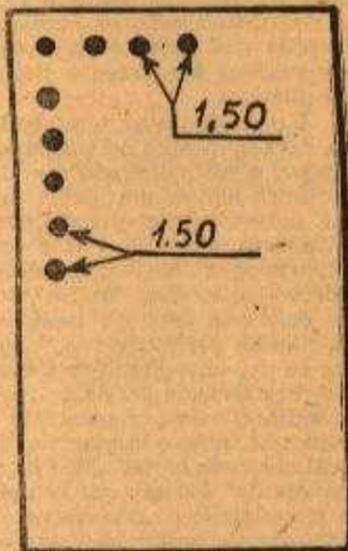


Fig. 2 — Trabalho a distâncias determinadas (em escola) artigo 151 do R. Eq. Os cavaleiros devem conservar, rigorosamente entre si, a distância de 1,50. No trabalho em "Escola" existe obrigatoriamente o cavaleiro "Testa"

das andaduras, mãos e pistas, de modo que o trabalho à vontade dentro de um picadeiro (ou retângulo balizado no exterior) não seja confuso nem perigoso.

As poucas vezes que, em inspeções, consegui fôsse esboçada a apresentação de uma turma a distâncias indeterminadas, as mudanças de mão não eram bem executadas, pelo desconhecimento das regras necessárias, e somente a metade realizava essa mudança, chutando-se a outra metade contra a primeira. Entretanto a regra é simples: logo que o instrutor der

a voz de "mudar de mão", os cavaleiros, depois de terem passado o canto e marchado três metros num dos lados maiores, seguem obliquamente e vão tomar a pista grande oposta, na nova mão, em um ponto que fica a seis metros aquém do canto. O movimento faz-se, portanto, simultaneamente nos dois sentidos.

A regra imperativa de disciplina de picadeiro que obriga os cavaleiros, quando se cruzam a tomar sempre a sua direita, comporta, entretanto, uma exceção para o movimento de mudança de mão, executado a mão esquerda (Vide figuras ns. 3 e 4).

c) Está quase abandonado o trabalho à guia. Ele é, porém, bastante útil na fase de adestramento, porque permite ao animal trabalhar em andaduras vivas, sem desperdício de forças, quando não pode ser montado ou quando o seu cavaleiro está ausente. Serve ainda para dominar um cavalo viciado sem receio de maltratá-lo.

Raríssimos são os oficiais que possuem uma guia e um cabeção e esse material de trabalho não é mais encontrado em carga nos Esquadrões onde existia antigamente para facilitar o trabalho, mesmo aos sargentos e graduados.

d) Os comandantes de corpo devem estimular os seus oficiais (e mesmo os sargentos) a que tenham, além de seu arreamento regulamentar destinado ao trabalho com os Esquadrões e ao serviço em campanha, também selas particulares para a equitação individual, completadas com rédeas, freios, bridades (tipo remonta, Verdun, etc.), estribos, mantas, etc.

O instrutor de equitação iniciará a instrução com a revista dos animais e arreamento que deve ser impecável não somente quanto à conservação, como quanto à boa colocação. Verifiquei que raramente o oficial coloca bem a barbela no animal, de modo que ela assente de chapa, facilitando a ação do freio como alavanca. Geralmente apoiam a barbela torcida, em bixel, ferindo o animal e falseando a ação do freio. Tive mesmo a oportunidade de verificar, por mais de uma vez, oficiais novos que tomavam

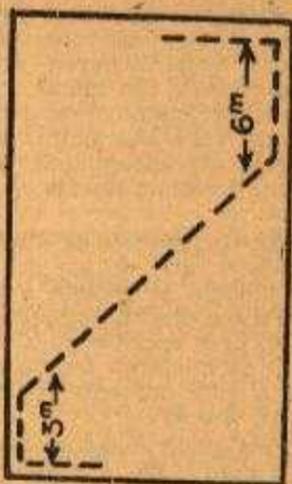


Fig. 3 — Mudança de mão quando se trabalha em escola (com testa)

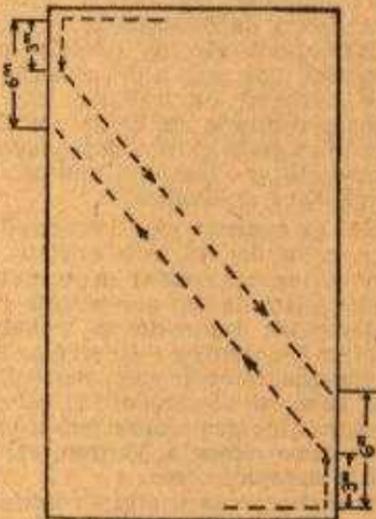


Fig. 4 — Mudança de mão no trabalho a distâncias indeterminadas (sem cavaleiro testa). À voz de mudar de mão, os dois cavaleiros que estiverem 3m além dos cantos, nos lados maiores, dirigem-se diagonalmente de modo a tomarem a pista oposta, na nova mão, a 6m do canto. Neste caso, os cavaleiros trabalham à mão esquerda.

parte numa escola de equitação com as rédeas do bridão passando por baixo da barbela, o que indica, portanto, o desconhecimento completo do emprêgo e efeito das ajudas. Erros dessa monta, que não se pode tolerar nem num graduado de Cavalaria (Artilharia), não se compreende que sejam cometidos por oficiais fazendo-se, portanto, mister que se restabeleça nas armas montadas essa "mística" por tudo o que fôr de equitação. Serão então recuperados, por esse esforço exemplar da oficialidade, os camaradas até então mal orientados e talvez despercebidos dos erros e heresias que cometiam.

e) Vai desaparecendo na instrução a cavalo, mesmo no trabalho de picadeiro, o trote elevado que deve ser o único empregado pelos cavaleiros, naturalmente quando fazem uso de seus estribos. Nos casos regulamentares de trote sentado (emprêgo de armas, desfile, etc.), a sua cadência deve ser bem marcada, não se permitindo o "choto" a que se vai entregando a Cavalaria no Rio Grande do Sul.

É indispensável, no cavalo de guerra, que seja o maior possível o rendimento do trote. Mas o trote desenvolvido é duro e fatigante para o cavaleiro. Daí o meio regulamentar de trotar elevado, atenuando-se as reações de uma andadura que o cavalo pode manter mais facilmente e por mais tempo que o próprio galope, chegando mesmo, às vezes, a atingir igual grau de velocidade. Se não reagirmos desde já contra esse esquecimento voluntário do trote elevado, a nossa Cavalaria, em manobras ou mesmo em guerra, desde que lhe seja exigida uma maior velocidade de marcha, fará insensivelmente longos tempos de galope, o que equivalerá a seu desgaste prematuro.

Esses bons hábitos adquirem-se desde o trabalho em picadeiro. E se fôr bem feito, cairá nos reflexos dos quadros e dos homens e não se ouvirá mais o chocalhar de armas e do equipamento que denuncia, hoje em dia um Esquadrão evoluindo a trote sentado ou, melhor, no "choto", imitado do cavaleiro civil.